

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2024

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2024

COD. TCE: A8C971A899B06CB60B4587D34748102907CA1BCC

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.992.020/0001-00, representado neste ato pelo Prefeito Municipal o exmo. Sr. EDGARD FARINON, torna público a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com as condições estabelecidas no ANEXO I - Termo de referência e neste Edital e obedecendo ao que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

TORNA PÚBLICO

Que realizará Processo Licitatório da modalidade **PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo de julgamento Maior Desconto tabela por Lote. O objeto do presente instrumento de contratação de empresa para prestação de serviços, incluindo o fornecimento dos materiais necessários, constantes no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil–sinapi, para a manutenção de imóveis, móveis e locais públicos do município de macieira, fundos municipais, autarquias e aos órgãos conveniados.

Critério de Julgamento:.. Maior Desconto tabela por Lote

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FÍSICAS: De 30/04/2024 a 13/05/2024

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 13/05/2024

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Rua José Augusto Royer, 133 – Centro – Macieira – SC.

1. DO OBJETO

O presente pregão tem como objeto o registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços, incluindo o fornecimento dos materiais necessários, constantes no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil–sinapi, para a manutenção de imóveis, móveis e locais públicos do município de macieira, fundos municipais, autarquias e aos órgãos conveniados.

1.3 O critério de julgamento da licitação será por . Maior Desconto tabela por Lote

2. DAS CONDIÇÕES PRELIMINARES

2.1. Esta licitação será realizada com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes ao objeto.

2.2. A utilização da forma presencial no presente Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 habitantes, como é o caso do Município de Macieira/SC, se adequarem à forma eletrônica.

2.3. A Lei nº14.133/2021 também prevê, no parágrafo segundo do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

2.4. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua Jose Augusto Royer nº 133, Centro, Macieira, SC. O Credenciamento será feito na própria sessão de abertura.

2.5. O Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e estudo junto ao Setor – Divisão de Licitação deste Município, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes. As planilhas de proposta e credenciamento, de caráter não obrigatório, poderão ser enviadas por “e-mail” ou disponibilizados para retirada dos licitantes interessados no endereço acima estipulado.

2.6. As empresas interessadas em participar do certame poderão obter o Edital pelo site: www.macieira.sc.gov.br, dúvidas poderão ser informadas através do e-mail: licitacoes@macieira.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3574-2000. Os dados básicos de cadastramento (Razão Social, Endereço, CNPJ, Telefone Comercial, Pessoa de Contato e telefones). Este pré agendamento não é de caráter obrigatório, visa apenas criar condições para que a Comissão Permanente de Licitação possa enviar quaisquer comunicados, esclarecimentos e/ou observações pertinentes ao processo licitatório, caso seja necessário.

2.7. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. 2.8. Será concedida vistas de toda a documentação apresentada, de maneira individual, para cada um dos licitantes.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as empresas (pessoas jurídicas) legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame, com objeto social pertinente e compatível com o certame, e que atenderem às exigências deste edital e seus Anexos.

3.2. Admite-se a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio de empresas, observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art.15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

3.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Macieira – SC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.4. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

3.5. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia simples, desde que devidamente LEGÍVEL, ressaltado o direito da comissão em solicitar o original para comparação.

3.6. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas os licitantes credenciados, ao Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021. 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.13. DA CONSULTA DE SANÇÕES IMPEDITIVAS.

3.14. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratações verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) APENADOS TCES - <https://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>

b) CADICON (Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos) – Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União: <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>

c) CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) – Empresas e pessoas físicas impedidas de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração, em todas as esferas e nos três Poderes: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis> .

d) CNIA (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) - https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php , <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> .

e) CNEP (Cadastro Nacional de empresas punidas) - <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep> .

3.15. - Constatada a existência de sanção, o agente de contratações reputará o licitante como inabilitado, por falta de condição de participação.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com modelo estabelecido no Anexo IV do Edital, deverá ser apresentada fora dos Envelopes nº 1 e nº 2.

4.2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – “PROPOSTA DE PREÇOS”

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE (NOME/ENDEREÇO/FONE/E-MAIL/CNPJ)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2024

PROCESSO Nº 16/2024

DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MACIEIRA/SC

ENVELOPE Nº 02 – “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE (NOME/ENDEREÇO/FONE/E-MAIL/CNPJ)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2024

PROCESSO Nº 16/2024

DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MACIEIRA/SC

4.3. Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em 01 (uma) via redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise.

4.4. A proposta deverá estar rubricada em suas páginas, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal;

4.5. Os documentos de habilitação (Envelope 02) poderão ser apresentados em original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia simples, desde que devidamente LEGÍVEL, ressaltado o direito da comissão em solicitar o original para comparação.

4.6. O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será considerada inabilitada.

4.7. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 60 (sessenta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

5. DO ENVELOPE “PROPOSTA DE PREÇOS”

5.1. A proposta de preço da empresa licitante deverá conter os seguintes elementos:

a) Nome da proponente, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal;

b) Número do processo e do Pregão;

c) Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital;

d) Preço unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com apenas duas casas decimais depois da vírgula, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, deslocamento, equipamentos, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o objeto da presente licitação, inclusive alimentação de funcionário da contratada, observada a legislação vigente;

e) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;

f) Condições de pagamento: conforme item abaixo;

g) Informações de agência e número de conta do Licitante, onde serão efetuados os pagamentos do objeto, caso seja vencedor.

5.2. A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do envelope “proposta”. Se a proposta não informar este prazo será esta a validade considerada.

5.3. O cálculo da tarifação deverá ser feito em unidades de minutos de conversação.

5.4. Havendo divergência entre valores unitários e valores totais, prevalecerão os valores unitários. Havendo divergência entre valores numéricos e valores por extenso, prevalecerão os valores por extenso.

5.5. Ser apresentada sem emendas ou rasuras, com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando apenas duas casas decimais após a vírgula (Lei Federal nº 9.069/95), discriminados por item, em algarismo (unitário e total). Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.10. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou ainda os manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.

5.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratuais, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.12. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os itens ser fornecidos sem ônus adicionais.

5.13. Deverá constar na proposta ou anexo a ela declaração de que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante no ANEXO II – DECLARAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA.

5.14. A não apresentação das DECLARAÇÕES/INFORMAÇÕES mencionadas acima ensejará na desclassificação do licitante.

5.15. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais. Serão corrigidas automaticamente pela Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação. Havendo divergência entre os valores, prevalecerá o. Maior Desconto tabela por Lote.

5.16. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.17. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6. DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

6.1. A licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO, os documentos relacionados a seguir. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia simples, desde que devidamente LEGÍVEL, ressaltado o direito da comissão em solicitar o original para comparação.

6.2. REGULARIDADE JURÍDICA:

a) Certidão Simplificada de arquivamento ou formulário de Registro de Empresário Individual na Junta Comercial, no caso de firma individual.

b) Ato constitutivo – Estatuto ou Contrato Social em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Empresariais e, especificamente, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembleia que aprovou o Estatuto.

b.1.) os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2.1. Os documentos relacionados nas Alíneas "a" à "d" deste Subitem não precisarão constar do Envelope 02 - "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

6.2.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.2.3. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal e certidão negativa de falência e concordata, ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 3 (três) meses entre a data de sua expedição e a data da abertura da sessão.

6.4. REGULARIDADES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e da Seguridade Social – INSS mediante Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a licitante tem sua sede;
- e) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de regularidade relativa à justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em atendimento ao exposto na Lei Federal 12.440/11.

6.3.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.3.2. Nos termos do Art. 206 do Código Tributário Nacional, para fins de regularidade fiscal e trabalhista, a empresa poderá apresentar certidão positiva com efeitos de negativa, que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

6.4.1. QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física; emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão; (Conforme Súmula Nº 50 TCE-SP).

b) Caso o participante deste certame esteja em recuperação judicial, o mesmo deve apresentar, durante a fase de habilitação, o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

6.5. OUTROS DOCUMENTOS

a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que a empresa cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, a empresa não possui menores de dezoito anos em condições de trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de acordo com o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme modelo constante no ANEXO VI – MODELO DE **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

b) Declaração de que empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo constante no ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE.

c) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo conforme modelo do ANEXO X.

d) Declaração da empresa informando que seus sócios, proprietários, Dirigentes ou assemelhados não possuem qualquer vínculo com o Município de Macieira/SC, conforme modelo do ANEXO VII. OBS.: Os documentos indicados nas alíneas “a” a “d” deste item deverão ser apresentados em papel timbrado da empresa licitante. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer a sua identificação na folha contendo, no mínimo, a razão social, número do CNPJ, endereço, telefone, se houver.

6.5.1. Ainda que possuam restrições fiscais ou trabalhistas, as Micros e Pequenas Empresas deverão apresentar a totalidade dos documentos de habilitação, ainda com restrições ou vencidos, exigidos para fins de comprovação da regularidade fiscal.

6.5.2. Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências do edital ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Pregoeiro considerará a Proponente inabilitada.

6.5.3. Os Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do Proponente. As certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, não se aplicando aos documentos em que a validade já esteja determinada neste Edital.

E) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA Apenas a qualificação técnica das proponentes para o LOTE 01, será comprovada mediante:

- I. Apresentação de comprovante de inscrição da empresa e do seu responsável técnico junto ao CREA ou CAU. Justifica-se devido à possibilidade de garantia em material elétrico ser cerceada quando esta não seguir padrões técnicos, podendo colocar em risco outros equipamentos;
- II. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA NO FORNECIMENTO DE INSUMOS, CORRESPONDENTE AO(S) RAMO(S) DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM QUE OFERTAR PREÇO, emitido por pessoa Jurídica de direito público ou privado.

Para demais lotes, será necessário apresentação de:

- I. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA NO FORNECIMENTO DE INSUMOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CORRESPONDENTE AO(S) RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM QUE OFERTAR PREÇO, emitido por pessoa Jurídica de direito público ou privado.

7. DAS PROVIDÊNCIAS/ IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

7.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do Pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, na forma do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

7.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do Pregão no prazo e observada a forma a que alude o parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021. 7.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

7.4. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificações do ato convocatório do Pregão, além das alterações decorrentes, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão, iniciar-se-á o CREDENCIAMENTO das participantes do Pregão. O representante da proponente entregará o Pregoeiro documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.3. Na hipótese de apresentação de Procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Ato Constitutivo da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.4. É admitida a participação de licitantes, sem a presença de representante credenciado, ainda que o encaminhamento dos envelopes e demais documentos exigidos neste Edital se faça por correio, obedecidos os prazos e condições estabelecidos neste edital.

8.5. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar fotocópia do respectivo Estatuto/Contrato Social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.6. É admitido somente um representante por proponente.

8.7. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste Pregão, exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.8. Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das proponentes que comparecerem, a Pregoeiro declarará encerrada esta etapa/fase, iniciando-se o procedimento seguinte consistente no recebimento/conferência da declaração exigida neste Edital, sendo facultado o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão pública.

9. DO RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, SE FOR O CASO E DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9.1. Etapa/fase para recebimento da declaração de que a proponente cumpre os requisitos de Habilitação, da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e dos Envelopes de Proposta de Preços e da Documentação de Habilitação, será levada a efeito tão logo se encerre a fase de CREDENCIAMENTO.

9.2. A DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO não deve integrar os envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, constituindo-se em DOCUMENTO a ser fornecido separadamente, ficando facultada a utilização do modelo constante no ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

9.3. A apresentação da DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, se for o caso, será recebido exclusivamente nesta oportunidade, ficando facultada a utilização do modelo constante no ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

9.4. Iniciada esta etapa/fase, o Pregoeiro receberá e examinará a Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos de habilitação (anexo III).

9.5. A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista, inviabilizará a participação da proponente neste Pregão, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos Envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação.

9.6. O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando do Pregão, devendo proceder, em seguida, à entrega dos Envelopes contendo a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.

10. PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

10.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

10.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

10.2.1. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

10.2.2. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pelo Pregoeiro.

10.2.3. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem ao seu conteúdo.

10.2.4. Posteriormente, o Pregoeiro classificará as empresas para a próxima etapa, para que seus autores possam ofertar lances verbais.

10.2.5. No caso de empate onde duas ou mais licitantes tenham obtido pontuações iguais, a vencedora será conhecida através de sorteio a ser procedido em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

10.2.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo.

10.3. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

10.3.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, as ME e EPP, deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital, mesmo que está presente alguma restrição com relação à regularidade fiscal;

a) Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado as ME e EPP o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro, nos termos do § 1º, art. 43, da Lei Complementar 123/2006 alteração trazida pela Lei 147/2014, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, conforme expresso no inciso IV do art. 155º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156º da mesma Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

10.3.2. Nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEI, ME e EPP, entendendo se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por estas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) inferiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma MEI, ME ou EPP.

10.3.3. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço superior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo à contratação de ME ou EPP, na forma da letra “a”, serão convocadas a remanescentes que porventura se enquadrem na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelos ME e EPP que encontrem no intervalo estabelecido no subitem 11.3.2 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos subitem 11.3.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.

e) O disposto no subitem 11.3.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

f) A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

10.4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES

10.4.1. Nos horários e locais indicados neste edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame. Para a etapa de lances neste pregão presencial será adotado o modo de disputa ABERTO.

10.4.2. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão o Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO III – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

10.4.3. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

10.4.4. Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o Maior Desconto tabela por Lote

10.4.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

10.4.6. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios e procedimentos:

a) Seleção da proposta de Maior Desconto tabela por Lote.

b) O pregoeiro procederá à classificação da proposta de Maior Desconto tabela por Lote, e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10 % (dez por cento), relativamente à de Maior Desconto tabela por Lote, para participarem dos lances verbais;

c) Caso não haja pelo menos três propostas na condição definida acima (letras b), serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de Maior Desconto tabela por Lote, qualquer que tenham sido os valores oferecidos.

d) Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais, a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Aos Licitantes proclamados classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de Maior Desconto tabela por Lote, iniciando-se pelo autor da proposta classificada de maior valor.

10.4.7. O pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta classificada de maior valor e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

10.4.8. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

10.4.9. Os lances deverão ser formulados em PERCENTUAIS, DISTINTOS, DECRESCENTES e INFERIORES à proposta Maior Desconto tabela por Lote .

10.4.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances para aquele item.

10.4.11. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de Maior Desconto tabela por Lote com vistas à redução do valor.

10.4.12. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da oferta, decidindo motivadamente a respeito.

10.4.13. ENCERRADA A ETAPA DE LANCES, considerada aceitáveis as ofertas de Maior Desconto tabela por Lote, serão abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação dos licitantes autores das ofertas de menor valor.

10.4.14. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do (s) item (s) do certame.

10.4.15. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, o qual resultara em Maior Desconto tabela por Lote, o mesmo negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10.4.16. Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita a de Maior Desconto tabela por Lote

10.4.17. Caso a proposta apresente erros de soma e/ou multiplicação, o pregoeiro fará a correção dos cálculos e a proposta será aceita mediante expresso consentimento do proponente. Caso contrário, a proposta será desclassificada.

10.4.18. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.

10.4.19. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.

10.4.20. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pela pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.

11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

11.10. Decididos os recursos eventualmente interpostos ou decorridos o prazo recursal sem sua interposição, ou havendo renúncia expressa a esse direito, o julgamento da licitação será submetido à autoridade CONTRATANTE para homologação do procedimento, adjudicação de seu objeto à licitante vencedora e decisão quanto à contratação, publicando-se o resultado do julgamento.

12. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

12.1. O resultado final do PREGÃO será publicado no Diário Oficial do Município de Macieira/SC, no site oficial da Prefeitura.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame à proponente vencedora;

13.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame à proponente vencedora;

13.3. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO;

13.4. A partir do ato da homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta.

14. PRAZOS E CONDIÇÕES

14.1. A entrega será efetuada mediante expedição, da “Ordem de Fornecimento”, da qual constarão a identificação da unidade requisitante, indicação expressa do número do contrato, do pregão, do processo, a identificação da Contratada, as especificações dos itens, quantidade, data, horário e endereço de execução dos serviços, preços unitários e totais.

14.2. A Ordem de Fornecimento será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

14.3. A entrega deverá ocorrer em até 48 horas após o recebimento da Ordem de Fornecimento, pedido ou documento equivalente, em local indicado pelo Município, dentro do Município de Macieira/SC.

14.4. A não execução do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas neste edital, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

15. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes do presente processo licitatório onerarão dotação orçamentária própria e específica do orçamento do exercício de 2024, a saber:

15.2. As despesas possuem compatibilidade com as demais Leis Orçamentárias (LDO/PPA) e serão previamente empenhadas, nos termos do art. 58 e seguintes, da Lei Federal nº 4.320/64.

Entidade: **Preeitura Municipal de Macieira**

04.001 – Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes/ Depto. De Educação

2.012 – MANUT. DA EDUCAÇÃO INANTIL – CRECHES

30 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.500.1001.100000 – Recursos MDE

R\$ 15.000,00

06.001 – Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano/ Dept. de Transportes e Obras

2.017 - MANUT. DA MALHA RODOVIARIA

60 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 2.500.0000.100000 – Superávit Recursos Não Vinculado De Impostos

R\$ 400.000,00

Entidade: **Fundo de Assistência Social de Macieira**

11.001 – Fundo M. de Assistência Social/ Fundo M. de Assistência Social

2.031 – MANUT. DO FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.500.0000.100000 – Recursos Não Vinculados De Impostos

R\$ 50.000,00

2.036 – MANUT. DOS PROGRAMAS SOCIAIS – ESTADO

12 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.661.0000.106500 – TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

R\$ 50.000,00

16. DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado, sem atualização financeira, pelo Município, de acordo com as condicionantes apresentadas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

16.2. Deverão estar incluídas, no valor contratado todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração, tais como frete, materiais, mão de obra, carga e descarga, tributos, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

16.3. O município fará a retenção do Imposto de Renda conforme determinação da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1234/2012 e suas alterações, que estabelece que os municípios devem reter o tributo sobre os valores das contratações de bens e prestação de serviços.

16.3.1. A retenção será conforme a Tabela de Retenção estabelecida no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores. Será aplicada a alíquota correspondente à natureza do bem fornecido ou do serviço prestado.

16.4. O Município reserva-se ao direito de reter o pagamento se, no ato da verificação da entrega os mesmos não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações exigidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, e as especificações apresentadas na Ordem de Fornecimento.

16.5. Na eventualidade de aplicação de multa, será assegurada a ampla defesa na forma da lei.

16.6. A Nota Fiscal – emitida obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado para a Habilitação – só será liberada quando os itens fornecidos estiverem em total conformidade com as especificações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

16.7. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o Município comunicará à CONTRATADA para que regularize a situação.

16.8. Na hipótese das notas fiscais/fatura e/ou documentos apresentarem incorreções, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizada.

16.9. Deverão ser pagos somente os itens efetivamente fornecidos e aceitos pela fiscalização do Município, E, portanto se comprometera de 50% do valor, mediante emissão de nota fiscal devida no patamar de 50%, não sendo responsabilidade da municipalidade o restante do valor pactuado.

17. DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

17.1. São obrigações da Licitante Vencedora, além daquelas expressas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA:

a) Fornecer os itens, conforme Ordem de Fornecimento, Termo de Referência e demais documentos emitidos pela Administração devidamente assinada por servidor competente para tal;

- b) Comunicar imediatamente e por escrito ao Município, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c) Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor dos itens, objeto da presente Licitação;
- d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- e) Comunicar ao Município Contratante modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante na Ata;
- f) Todas as demais obrigações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, que faz parte integrante do Pregão.

17.2. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a Contratação ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa Contratada.

18. DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

18.1. O Município deverá acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes também do Termo de Referência;

18.2. Compete ainda ao Município:

- a) Quitar o cumprimento financeiro assumido com a(s) licitante(s) vencedora(s), desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Notificar, formal e tempestivamente a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- c) Notificar a(s) licitante(s) vencedora(s) por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

- e) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;
- f) Arcar com as despesas de publicação do extrato do Contrato;
- g) Todas as demais obrigações constantes do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, que fará parte integrante do presente Pregão Presencial.

19. DAS REVISÕES DE PREÇOS

19.1. O valor de contrato vigente poderá ser revisto, por solicitação formal do Contratado, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

19.2. O pedido deverá ser enviado ao Gestor do Contrato, através do protocolo geral do Município no horário de expediente.

19.3. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, a qual será analisada pelo Setor competente.

19.4. Para a solicitação de revisão de preço(s), o Contratado terá que apresentar planilha atualizada da composição de preços do(s) produto(s), considerando todos os itens constantes na proposta anterior apresentada, quando da apresentação da proposta.

19.5. A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação pela Assessoria Jurídica e pelo Gestor do Contrato, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo Contratado.

20. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

20.1. A contratada obriga-se a fornecer os itens licitados em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo Município, este responsável pela emissão das requisições, com especial observância dos termos deste Instrumento Convocatório e Contrato.

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

21.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

21.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

21.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

21.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

21.1.5. fraudar a licitação

21.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada; 21.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

21.1.7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº12.846, de 2013.

21.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. advertência;

21.2.2. multa;

21.2.3. impedimento de licitar e contratar e;

21.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

21.3.2. as peculiaridades do caso concreto

21.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

21.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

21.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

21.4.1. Para as infrações previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

21.4.2. Para as infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

21.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

21.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 21.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº73, de 2022.

21.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no Portal da Transparência do Município, sito www.macieira.sc.gov.br.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.macieira.sc.gov.br.

22.11. Fica designado o foro da Comarca de Macieira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

22.12.2. ANEXO II – Modelo da Proposta;

22.12.3. ANEXO III – Modelo de declaração de habilitação;

22.12.4. ANEXO IV – Modelo de declaração de enquadramento na situação de ME/EPP;

22.12.5. ANEXO V – Declaração de Integralidade de custos;

22.12.6. ANEXO VI – Modelo de declaração de atendimento ao inciso XXXIII, art. 7º da CF;

22.12.7. ANEXO VII – Declaração de inexistência de vínculo com Órgão Público;

22.12.8. ANEXO VIII – Declaração para indicação de endereço presencial;

22.12.9. ANEXO IX – Modelo de declaração referencial assegurando que a licitante não está declarada inidônea por qualquer órgão da administração pública ou impedida de licitar e contratar com esta prefeitura municipal;

22.12.10. ANEXO X – Modelo referencial de declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos a habilitação;

22.12.11. ANEXO XI – Minuta de Contrato.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SEÇÃO DE AQUISIÇÕES LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE REFERÊNCIA - MULTIENTIDADES

DO OBJETO

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS, CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL– SINAPI, PARA A MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS, MÓVEIS E LOCAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MACIEIRA, FUNDOS MUNICIPAIS, AUTARQUIAS E AOS ÓRGÃOS CONVENIADOS, conforme:

LOTE 01		VALOR ESTIMADO (R\$) SEM DESCONTO
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL
01	Serviços de ELÉTRICA, na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 25.000,00
02	Fornecimento de insumos do tipo materiais ELÉTRICOS e correlatos, na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 25.000,00
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 50.000,00

LOTE 02		VALOR ESTIMADO (R\$) SEM DESCONTO
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL
03	Serviços predial, “CIVIL” pedreiro na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 25.000,00
04	Serviços HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS, CIVIS” na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 25.000,00
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 50.000,00

LOTE 03		VALOR ESTIMADO (R\$) SEM DESCONTO
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL

05	Fornecimento de insumos do tipo materiais de CONSTRUÇÃO e correlatos, na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 50.000,00
06	Fornecimento de insumos do tipo materiais HIDRÁULICOS, SANITÁRIOS e correlatos, na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref.mais recente– não desonerada	R\$ 5.000,00
07	Aquisição de FERRAMENTAS e correlatos para utilização na manutenção deste objeto na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 5.000,00
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 60.000,00

LOTE 04		VALOR ESTIMADO (R\$) SEM DESCONTO
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL
08	Serviços de CARPINTARIA na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 5.000,00
09	Fornecimento de insumos do tipo materiais MADEIRAS e correlatos, na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 50.000,00
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 55.000,00

LOTE 05		VALOR ESTIMADO (R\$) SEM DESCONTO
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL
10	Serviços de manutenção de MARCENARIA na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 10.000
11	Fornecimento de insumos do tipo materiais para MARCENARIA e correlatos na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 50.000,00
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 60.000,00

LOTE 06		VALOR ESTIMADO (R\$) SEM DESCONTO
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL
12	Serviços de JARDINAGEM, na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 5.000,00
13	Fornecimento de insumos do tipo materiais de JARDINAGEM e correlatos na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 5.000,00
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 10.000,00

LOTE 07		VALOR ESTIMADO (R\$) SEM DESCONTO
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL
14	Serviços de PINTURA, na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 100.000,00
15	Fornecimento de insumos do tipo materiais de PINTURA e correlatos na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 100.000,00
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 200.000,00

LOTE 08		VALOR ESTIMADO (R\$) SEM DESCONTO
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL
16	Serviços de VIDRAÇARIA, na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 5.000,00
17	Fornecimento de insumos do tipo ESQUADRIAS, VIDROS, ACESSÓRIOS e correlatos na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 5.000,00
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 10.000,00

LOTE 9		VALOR ESTIMADO (R\$) SEM DESCONTO
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL
18	Serviços de CALHA na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 5.000,00
19	Fornecimento de insumos do tipo CALHAS, RUFOS e correlatos na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 5.000,00
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 10.000,00

LOTE 10		VALOR ESTIMADO (R\$) SEM DESCONTO
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL
20	Serviços de SERRALHERIA na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 5.000,00
21	Fornecimento de insumos do tipo SERRALHERIA e correlatos na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	R\$ 5.000,00
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 10.000,00

O percentual mínimo de desconto a ser proposto pelas empresas licitantes é de 5,00% (cinco por cento)

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A Justificativa e objetivo da aquisição tem por finalidade atender a demanda do setor requisitante, conforme descrição detalhada, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas e ações operacionais, nas atividades desenvolvidas pelos setores.

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, com alguns casos com fornecimento de materiais, justifica-se pela insuficiência de mão de obra especializada no quadro funcional das contratantes. A prestação de serviços de manutenção visa a dar condições operacionais e estruturais para o funcionamento dos órgãos/entidades participantes, através de reparos e fornecimento de materiais que se fizerem necessários ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços. A manutenção deverá promover a segurança das instalações, bem como fornecer adequações às necessidades das Contratantes. O fornecimento de insumos atenderá às demandas dos órgãos/entidades municipais integrantes da licitação. Poderá haver o fornecimento tão somente de materiais, independentemente do serviço.

Cabe frisar que o registro de preços será utilizado em razão de não se saber, previamente, o quantitativo efetivamente necessário para contratação, tanto de serviços como de insumos, os quais serão contratados mediante necessidade e disponibilidade orçamentária, razão pela qual será prevista apenas verba estimada para contratação. Dessa verba serão abatidos os valores contratados. A utilização da tabela SINAPI/SC como referência se deve pelo mesmo motivo, ou seja, por não ser possível prever todos os serviços ou insumos que serão necessários ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, possibilitando assim que a Contratante adquira todo e qualquer serviço/insumo constante na referida tabela. Na prática, trata-se de procedimento de suma importância ao Município, permitindo a possibilidade de aquisição de uma grande variedade de serviços e insumos, mediante desconto sobre os preços fixados em tabela oficial.

É importante salientar que se tratam de pequenos reparos, melhorias com fornecimento de materiais, que se fazem necessários no dia a dia da Administração, razão pela qual não se caracteriza a necessidade de elaboração de prévio projeto básico, até porque não se sabe quais serviços, especificamente, se farão necessários.

Justifica-se a realização pelo Pregão Presencial:

Segue para a elaboração do edital na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, conforme

a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta. Tendo em vista que a entrega dos documentos habilitatórios se faz na própria sessão de pregão, o procedimento na forma presencial demonstra maior agilidade nesta fase, pois seqüencialmente o pregoeiro analisa os referidos documentos e, comprovada a regularidade da licitante, já há possibilidade de efetivar-se a habilitação da mesma durante a sessão.

CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUN

Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado

ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O fornecimento do(s) produto(s) e/ou execução do(s) serviço(s), objeto desta licitação, deverá ocorrer de forma parcelada, conforme solicitação, mediante a aprovação do respectivo orçamento prévio, imediatamente após emissão da Autorização de Fornecimento (AF), com tolerância máxima de 01 (um) dia útil, no(s) local(is) indicado(s) pela Secretaria Requisitante.

A licitante vencedora deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de serviço/autorização de fornecimento.

Quando não for possível definir o prazo de execução dos serviços com base na tabela SINAPI, considerar-se-á o prazo de 10 (dez) dias úteis para sua conclusão.

A empresa vencedora nos itens de prestação de serviços deverá ter no município de Macieira – SC, 01 (uma) pessoa que ficará responsável pelas cotações e contato direto com a administração para eventuais situações que ocorrer durante a vigência do processo.

Os serviços que não tenham sido autorizados serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo a contratada qualquer alegação em contrário.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo fiscal do contrato.

É vedada a subcontratação dos lotes.

O fornecimento de insumos e eventual prestação do serviço, independente do lote, a definição do preço global dos serviços e unitário do fornecimento dos insumos será por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela SINAPI/SC, com a posterior aplicação do percentual de desconto ofertado na licitação.

O levantamento de preços deverá ser de acordo a base do sistema de preços e custos da construção civil da caixa econômica federal – SINAPI do Estado de Santa Catarina (referência SC 05/2023 Não desonerado), disponível em https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_662. A cada mês será utilizada a versão mais atualizada disponível.

Caso o(s) produto(s) não corresponda(m) ao exigido pelo Edital, o fornecedor deverá providenciar, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital,. Só serão recebidos produtos que estejam de acordo com todas as especificações do fabricante.

A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante o fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a aquisição.

Ficará de responsabilidade da contratada a entrega dos produtos, não gerando qualquer tipo de cobrança ao Município referente ao valor do frete.

MODO E CONTROLE DE EXECUÇÃO

Deverão ser elaborados, pela contratada, Planilhas de Orçamentos com fonte de custos baseada na tabela SINAPI, com prazo para a apresentação dela em até 01 (Um) dia útil, contado da solicitação pelo requisitante, contendo:

- I. Código do produto.
- II. Unidade de medida.
- III. Quantidade.
- IV. Descrição.
- V. Preço e preço após aplicação do desconto vencedor.

A planilha de orçamento deverá ser enviada, preferencialmente, por correio eletrônico à contratante ou diretamente ao departamento solicitante, que a conferirá por intermédio de servidor indicado para tanto, que após aprovada, fará encaminhamento administrativo para emissão de Autorização de Fornecimento

(AF) ao fornecedor.

Nos casos em que a tabela SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, a contratante realizará pesquisa de mercado, com média entre 03 (três) cotações e sobre ela aplicará o mesmo desconto ofertado na licitação.

DA PROPOSTA

O critério de julgamento da licitação deverá ser pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** ofertado sobre a tabela SINAPI vigente no estado de Santa Catarina (referência SC – 05/2023), para todos os lotes, obedecendo aos seguintes critérios:

I. Em relação ao percentual de desconto será do valor praticado em balcão tendo em base como valor máximo a tabela SINAPI (Santa Catarina), referência não desonerada, versão mais atualizada (Tabela atualizada mensalmente).

II. Nos casos em que a tabela SINAPI não oferecer, eventualmente, custos unitários de insumos que se verificarem necessários, deverá ser utilizada pesquisa de mercado, devendo ser apurada a média entre três cotações e sobre ela aplicar o mesmo desconto ofertado na licitação.

III. O percentual mínimo a ser proposto pelas licitantes é de 5% (cinco por cento). Quando da efetiva contratação de INSUMOS COM SERVIÇO, após a aplicação do percentual de desconto contratado, será acrescido o percentual de 21,00% (vinte e um por cento) correspondente ao BDI no serviço.

IV. Quando na composição só conter insumos, sem emprego da mão de obra, este não será acrescido de BDI, aplicando apenas o desconto vencedor diretamente ao produto da tabela. Os valores contratados, acrescidos desses percentuais, não poderão superar a verba total estimada (com desconto), ou seja, esta será o teto para contratação.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA Apenas a qualificação técnica das proponentes para o LOTE 01, será comprovada mediante:

I. Apresentação de comprovante de inscrição da empresa e do seu responsável técnico junto ao CREA ou CAU. Justifica-se devido à possibilidade de garantia em material elétrico ser cerceada quando esta não seguir padrões técnicos, podendo colocar em risco outros equipamentos;

II. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA NO FORNECIMENTO DE INSUMOS, CORRESPONDENTE AO(S) RAMO(S) DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM QUE OFERTAR PREÇO,

emitido por pessoa Jurídica de direito público ou privado.

Para demais lotes, será necessário apresentação de:

I. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA NO FORNECIMENTO DE INSUMOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CORRESPONDENTE AO(S) RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM QUE OFERTAR PREÇO, emitido por pessoa Jurídica de direito público ou privado.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM 01:

A manutenção elétrica corretiva e preventiva consiste na prestação de serviço, sob demanda, com fornecimento de materiais, realizando medidas de correção e prevenção nas instalações elétricas, avaliando e reparando os elementos que não operam da maneira esperada. Por meio deste serviço, é possível evitar possíveis falhas ou que defeitos se transformem em imprevistos nos sistemas integrados às instalações e dispositivos elétricos. Os componentes de edificação abrangidos na manutenção elétrica constituem, em sua maioria, as seguintes atividades:

- I. Corrigir falhas nos quadros de distribuição, incluindo a distribuição de disjuntores, balanceamento de fases, substituição de dispositivos elétricos, reaperto de conectores, medição de correntes;
- II. Corrigir falhas no sistema de iluminação e das tomadas em geral, tanto nas instalações internas quanto externas, incluindo o conserto ou a substituição de condutores, interruptores, lâmpada, reatores, refletores, sejam externas ou de embutir, simples ou tripolar, com ou sem aterramento;
- III. Corrigir falhas na rede embutida ou aparente, de baixa tensão, incluindo quadro de distribuição, disjuntores, condutores, canaletas, calhas, receptáculos, interruptores;
- IV. Corrigir falhas nos sistemas de iluminação de emergência;
- V. Reparar ou substituir dispositivos elétricos e eletrônicos tais como reatores, contactores, chaves de baixa tensão, fusíveis;
- VI. Realizar manutenção ou substituição de luminárias, quando sua operação for insuficiente ou provocar frequente queima de lâmpadas;
- VII. Realizar reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias, lâmpadas, contatos de reatores, base de soquetes, disjuntores;
- VIII. Realizar medição dos circuitos para verificar o estado da fiação, corrigindo ou substituindo aqueles que apresentarem descontinuidade, rupturas ou defeitos que afetem o nível de tensão das tomadas, lâmpadas, equipamentos;

IX. Ativar e mudar pontos elétricos.

ATENÇÃO OS SERVIÇOS RELACIONADOS NOS ITENS ANTERIORES SÃO MERAMENTE EXEMPLIFICATIVOS, PODENDO SURTIR OUTROS AO LONGO DA VIGÊNCIA DA ATA

ITEM 4:

Serviços hidráulicos referem-se a trabalhos relacionados ao sistema hidráulico de um edifício ou estrutura. O sistema hidráulico é responsável pelo fornecimento e distribuição de água, bem como pelo gerenciamento de águas residuais e esgoto. Alguns dos serviços hidráulicos incluem:

I. Instalação de encanamentos: Instalação de tubulações de água fria e quente em residências, escritórios e edifícios comerciais.

II. Reparos e manutenção: Diagnóstico e correção de vazamentos de água, canos entupidos, torneiras com defeito e outros problemas relacionados ao sistema hidráulico.

III. Instalação de acessórios sanitários: Instalação de pias, banheiras, chuveiros, vasos sanitários e outros acessórios sanitários.

IV. Sistemas de esgoto: Instalação e manutenção de sistemas de esgoto e drenagem para garantir que as águas residuais sejam adequadamente transportadas para fora do edifício.

V. Sistemas de drenagem pluvial: Instalação de sistemas de drenagem para lidar com a água da chuva e evitar inundações.

VI. Sistemas de aquecimento de água: Instalação e reparo de aquecedores de água, como aquecedores a gás, elétricos ou solares.

VII. Tratamento de água: Instalação e manutenção de sistemas de filtragem e purificação de água para garantir uma água potável segura.

VIII. Serviços de bombeamento: Instalação e manutenção de bombas de água para fornecimento de água em edifícios com pouca pressão de água.

ATENÇÃO OS SERVIÇOS RELACIONADOS NOS ITENS ANTERIORES SÃO MERAMENTE EXEMPLIFICATIVOS, PODENDO SURTIR OUTROS AO LONGO DA VIGÊNCIA DA ATA

ITEM 08:

Os serviços de carpintaria envolvem trabalhos com madeira, onde profissionais chamados carpinteiros realizam uma variedade de tarefas, desde construção de móveis até trabalhos mais complexos em construções e reformas. Alguns dos serviços de carpintaria incluem:

- I. Molduras e guarnições: Carpinteiros trabalham em instalações de molduras em portas, janelas e paredes, bem como em guarnições ao redor de elementos arquitetônicos.
- II. Construção de escadas: Carpinteiros podem projetar e construir escadas internas ou externas, incluindo escadas retas, em espiral ou outros projetos personalizados.
- III. Estruturas de madeira: Carpinteiros participam na construção e instalação de estruturas de madeira em edifícios, como telhados, treliças e suportes.
- IV. Reparos e restauração: Carpinteiros podem realizar reparos em móveis danificados, pisos de madeira, portas e janelas, restaurando sua funcionalidade e aparência original.
- V. Carpintaria em construção civil: Carpinteiros de obras participam na construção de casas, prédios e outras estruturas, trabalhando com estruturas de madeira, fôrmas e cofragens.
- VI. Acabamentos em madeira: Carpinteiros podem realizar acabamentos finos em projetos de construção ou móveis, incluindo lixamento, envernizamento, pintura e aplicação de vernizes.
- VII. Marcenaria artística: Alguns carpinteiros se especializam em projetos de marcenaria artística, criando peças únicas e decorativas com detalhes intrincados.

ATENÇÃO OS SERVIÇOS RELACIONADOS NOS ITENS ANTERIORES SÃO MERAMENTE EXEMPLIFICATIVOS, PODENDO SURTIR OUTROS AO LONGO DA VIGÊNCIA DA ATA

ITEM 10:

Os serviços de marcenaria são especializados em trabalhos com madeira, geralmente com foco na fabricação de móveis personalizados e peças sob medida. Diferentemente da carpintaria, que pode envolver uma ampla variedade de trabalhos em madeira, a marcenaria concentra-se principalmente na criação de móveis e itens de decoração com alta qualidade e acabamento artesanal. Alguns dos serviços de marcenaria incluem:

- I. Fabricação de móveis sob medida: Marceneiros criam móveis personalizados para atender às necessidades específicas dos clientes, como armários, estantes, mesas de jantar, camas, gabinetes de TV e outros itens exclusivos.
- II. Restauração de móveis antigos: Marceneiros podem restaurar e renovar móveis antigos, trazendo-os de volta à sua antiga glória e preservando sua beleza original.
- III. Projetos de design de interiores: Marceneiros trabalham com designers de interiores para criar peças

únicas que se integrem perfeitamente aos projetos de decoração.

IV. Acabamentos e envernizamento: Marceneiros aplicam acabamentos finos em móveis, como lixamento, tingimento e aplicação de vernizes ou selantes para melhorar a aparência e proteger a madeira.

V. Marcenaria artística: Alguns marceneiros têm habilidades avançadas para criar peças decorativas e esculturais únicas, incluindo objetos de arte em madeira.

VI. Projetos de madeira para espaços externos: Marceneiros podem criar móveis e estruturas de madeira para espaços ao ar livre, como decks, pergolados, mobiliário de jardim e bancos.

VII. Trabalhos de restauração arquitetônica: Em projetos de restauração de edifícios históricos, os marceneiros podem ser chamados para recriar elementos arquitetônicos em madeira, como molduras, guarnições e outros detalhes ornamentais.

VIII. Marcenaria comercial: Marceneiros também podem criar peças personalizadas para estabelecimentos comerciais, como lojas, restaurantes e escritórios, projetando mobiliário que atenda às necessidades de negócios específicas.

ATENÇÃO OS SERVIÇOS RELACIONADOS NOS ITENS ANTERIORES SÃO MERAMENTE EXEMPLIFICATIVOS, PODENDO SURTIR OUTROS AO LONGO DA VIGÊNCIA DA ATA

Os serviços de Jardinagem estão relacionados com a administração e a manutenção de jardins, formação de jardins, limpeza e conservação, podas, controle de pragas e tratamento de doenças. Tem como objetivo a manutenção de elementos florísticos sempre em harmonia, em sua forma natural ou resultante de um projeto. Os componentes de jardinagem constituem, em sua maioria, as seguintes atividades:

- I. Podas de árvores;
- II. Manutenção de jardins;
- III. Implantação e reforma de jardim;
- IV. Plantio de grama;
- V. Cultivo de hortas e pomares;
- VI. Limpeza de palmeiras e coqueiros;
- VII. Limpeza de terrenos;
- VIII. Transplante de árvores;
- IX. Destocamento de raízes;

- X. Adubação e pulverização de plantas e jardins;
- XI. Serviços de jardinagem e paisagismo em geral.

ATENÇÃO OS SERVIÇOS RELACIONADOS NOS ITENS ANTERIORES SÃO MERAMENTE EXEMPLIFICATIVOS, PODENDO SURTIR OUTROS AO LONGO DA VIGÊNCIA DA ATA

ITEM 14:

Os serviços de pintura envolvem a aplicação de tintas e revestimentos em superfícies, sejam elas paredes internas ou externas, tetos, móveis, estruturas metálicas ou outras estruturas. A pintura é uma parte essencial de projetos de construção, reformas ou renovações, pois pode melhorar a aparência estética e a proteção das superfícies. Alguns dos serviços de pinturas incluem:

- I. Realizar eventuais correções com tratamento nos revestimentos internos e externos, eliminando a existência de trincas, fissuras, descolamentos, manchas e infiltrações;
- II. Corrigir falhas em forros internos e recuperar os pontos defeituosos, utilizando os mesmos materiais anteriormente empregados, de forma a manter o nivelamento e pintura da mesma cor já existente;
- III. Aplicação de massa corrida, massa niveladora, cal fino, textura;
- IV. Restauração de fachadas;
- V. Pintura com tinta PVA, epóxi, acrílica, látex, esmalte em alvenaria, madeira, ferros em geral;
- VI. Demarcações de sinalização de estacionamentos;
- VII. Preparação e pintura de estrutura metálica;
- VIII. Pintura térmica de telhados.

ATENÇÃO OS SERVIÇOS RELACIONADOS NOS ITENS ANTERIORES SÃO MERAMENTE EXEMPLIFICATIVOS, PODENDO SURTIR OUTROS AO LONGO DA VIGÊNCIA DA ATA

ITEM 16:

o serviço de colocação de vidros, esquadrias de alumínio, corrimão e portões de alumínio sob demanda na construção civil. Os componentes de edificação abrangidos nos serviços de colocação de vidros e esquadrias constituem, em sua maioria, as seguintes atividades:

- I. Manutenção e instalação de portas de correr, abrir de vidro temperado e alumínio;

- II. Manutenção e instalação de vidro comuns em janelas;
- III. Manutenção de peças de alumínio, molas hidráulicas, fechaduras, roldanas, batentes;
- IV. Manutenção e Instalação de corrimão de alumínio;
- V. Manutenção e instalação de portões e portas de alumínio.

ATENÇÃO OS SERVIÇOS RELACIONADOS NOS ITENS ANTERIORES SÃO MERAMENTE EXEMPLIFICATIVOS, PODENDO SURTIR OUTROS AO LONGO DA VIGÊNCIA DA ATA

ITEM 18:

Os serviços de calha estão relacionados à instalação, manutenção e reparo de calhas em edifícios e estruturas. As calhas são canais geralmente feitos de metal, PVC ou outros materiais resistentes à água, colocados ao longo do beiral do telhado para captar e direcionar a água da chuva que escoar do telhado para longe da construção. Alguns dos serviços de calhas incluem:

- I. Instalação de calhas: A instalação de calhas novas em telhados para garantir o correto escoamento da água da chuva e evitar problemas de infiltração e danos estruturais.
- II. Limpeza de calhas: A limpeza regular das calhas para remover folhas, galhos, detritos e sujeira acumulados, garantindo que a água possa fluir livremente.
- III. Reparo de calhas: O reparo de calhas danificadas ou com vazamentos, como reparação de furos, rachaduras ou conexões soltas.
- IV. Substituição de calhas: A substituição de calhas antigas ou danificadas por novas, quando a manutenção não é suficiente para restaurar sua eficácia.
- V. Instalação de sistemas de proteção de calhas: A instalação de proteções, como telas, capas ou escovas, para evitar a acumulação de detritos e entupimentos nas calhas.
- VI. Calhas pluviais: A instalação de calhas pluviais, que são condutores verticais, conectados às calhas, para direcionar a água da chuva para os sistemas de drenagem ou para áreas específicas do terreno.
- VII. Inspeções de calhas: Realização de inspeções periódicas para identificar problemas potenciais e garantir que as calhas estejam funcionando corretamente.
- VIII. Manutenção preventiva: A execução de medidas preventivas para prolongar a vida útil das calhas e prevenir problemas futuros.

ATENÇÃO OS SERVIÇOS RELACIONADOS NOS ITENS ANTERIORES SÃO MERAMENTE EXEMPLIFICATIVOS, PODENDO SURTIR OUTROS AO LONGO DA VIGÊNCIA DA ATA

ITEM 20:

Os serviços de serralheria são especializados na fabricação, reparação e instalação de produtos de metal, geralmente em aço, ferro ou alumínio. Os serralheiros são profissionais que trabalham com metal para criar uma variedade de produtos úteis e decorativos. Alguns dos serviços de serralheria incluem:

I. Fabricação de portões e grades: Serralheiros podem criar portões de entrada, portões de garagem, grades de segurança e grades para janelas, proporcionando proteção e segurança para propriedades.

II. Estruturas metálicas: Fabricação e instalação de estruturas metálicas personalizadas, como escadas, corrimãos, mezaninos e coberturas metálicas.

III. Gradeamentos e corrimãos: Fabricação e instalação de gradeamentos para escadas e corrimãos em ambientes internos e externos.

IV. Fabricação de móveis em metal: Criação de móveis de metal sob medida, como mesas, cadeiras, estantes e suportes para decoração.

V. Portas e janelas: Fabricação e instalação de portas de segurança, portas de entrada, janelas e venezianas em metal.

VI. Estruturas de suporte: Criação e instalação de estruturas metálicas para suporte de equipamentos e máquinas em ambientes industriais.

VII. Reparos e restauração: Serralheiros podem reparar produtos de metal danificados, restaurando sua funcionalidade e aparência original.

VIII. Soldagem: Trabalho de soldagem para unir peças de metal e criar estruturas sólidas.

IX. Manutenção de grades e portões: Serviços de manutenção preventiva e corretiva para garantir o bom funcionamento e a durabilidade de portões, grades e estruturas metálicas.

ATENÇÃO OS SERVIÇOS RELACIONADOS NOS ITENS ANTERIORES SÃO MERAMENTE EXEMPLIFICATIVOS, PODENDO SURTIR OUTROS AO LONGO DA VIGÊNCIA DA ATA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

indicar preposto para representá-la durante a execução do serviço.

DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

Nos termos será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 45 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do serviço.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada em edital;

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificara manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela não execução do serviço, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Será interrompido o serviço em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

DO REAJUSTE

Os preços são fixos e irrevogáveis conforme tabela SINAP atualizada junto a demanda dos serviços.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

causar o retardamento da execução do objeto;

falhar ou fraudar na execução do serviço;

comportar-se de modo inidôneo;

cometer fraude fiscal;

Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, no caso de inexecução total do objeto;

em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

As sanções previstas nos subitens neste termo, poderão ser aplicadas à CONTRATADA acompanhada de as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

Também ficam sujeitas às penalidades, as empresas ou profissionais que:

tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14133, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o danocausado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo a avaliação de custos e demandas, e possui anexo os orçamentos e planilhas de preços de mercado, definindo a sistemática de suprimento, critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.

Dessa forma, aprovo o presente Termo de Referência.

Macieira, 23 de abril de 2024.

EDGARD FARINON
PREFEITO MUNICIPAL

FELIPE SANTOS OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ELIAS LOCATELLI
SECRETÁRIO DE OBRAS

SEVERINO BERTOTTO
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

LUCILA CARMEM SERIGHELLI
RESP. SECRETARIA DE SAÚDE

MARISTELA PÉREGO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

Local, ____ de _____ de 2024.

O presente pregão tem como objeto o registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços, incluindo o fornecimento dos materiais necessários, constantes no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil–sinapi, para a manutenção de imóveis, móveis e locais públicos do município de macieira, fundos municipais, autarquias e aos órgãos conveniados.

LOTE 01		
ITEM	DESCRIÇÃO	% DESCONTO
01	Serviços de ELÉTRICA, na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada%
02	Fornecimento de insumos do tipo materiais ELÉTRICOS e correlatos, na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 50.000,00

LOTE 02		
ITEM	DESCRIÇÃO	% DESCONTO
03	Serviços predial, “CIVIL” pedreiro na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada%
04	Serviços HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS, CIVIS” na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 50.000,00

LOTE 03		
ITEM	DESCRIÇÃO	% DESCONTO

05	Fornecimento de insumos do tipo materiais de CONSTRUÇÃO e correlatos, na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada%
06	Fornecimento de insumos do tipo materiais HIDRÁULICOS, SANITÁRIOS e correlatos, na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref.mais recente– não desonerada	
07	Aquisição de FERRAMENTAS e correlatos para utilização na manutenção deste objeto na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 60.000,00

LOTE 04		
ITEM	DESCRIÇÃO	% DESCONTO
08	Serviços de CARPINTARIA na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada%
09	Fornecimento de insumos do tipo materiais MADEIRAS e correlatos, na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 55.000,00

LOTE 05		
ITEM	DESCRIÇÃO	% DESCONTO
10	Serviços de manutenção de MARCENARIA na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada%
11	Fornecimento de insumos do tipo materiais para MARCENARIA e correlatos na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 60.000,00

LOTE 06		
ITEM	DESCRIÇÃO	% DESCONTO
12	Serviços de JARDINAGEM, na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada%
13	Fornecimento de insumos do tipo materiais de JARDINAGEM e correlatos na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 10.000,00

LOTE:		
LOTE 07		
ITEM	DESCRIÇÃO	% DESCONTO
14	Serviços de PINTURA, na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada%
15	Fornecimento de insumos do tipo materiais de PINTURA e correlatos na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 200.000,00

LOTE 08		
ITEM	DESCRIÇÃO	% DESCONTO
16	Serviços de VIDRAÇARIA, na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada%
17	Fornecimento de insumos do tipo ESQUADRIAS, VIDROS, ACESSÓRIOS e correlatos na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 10.000,00

LOTE 9		
ITEM	DESCRIÇÃO	% DESCONTO
18	Serviços de CALHA na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada%
19	Fornecimento de insumos do tipo CALHAS, RUFOS e correlatos na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 10.000,00

LOTE 10		
ITEM	DESCRIÇÃO	% DESCONTO
20	Serviços de SERRALHERIA na forma estabelecida em planilhas de serviços descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada%

21	Fornecimento de insumos do tipo SERRALHERIA e correlatos na forma estabelecida em planilhas de insumos diversos descritos na tabela SINAPI (Santa Catarina) ref. Mais recente – não desonerada	
VALOR REFERENCIAL DO LOTE:		R\$ 10.000,00

Declaramos, sob as penas da lei, que:

- I) Assumimos a responsabilidade pela qualidade e segurança dos produtos cotados;
- II) Estamos cientes do prazo máximo de entrega é 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de fornecimento emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura do Município de Macieira/SC;
- III) Declaramos que os valores propostos, bem como aqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, são apresentados com seu preço final, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como transporte ou frete, tributos de qualquer natureza e todas as despesas decorrentes, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação. Declaramos ainda que a participação na presente licitação importa em total, irrestrita e irrevogável submissão aos termos deste Edital.

Carimbo e Assinatura

ANEXO III**MODELO DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

Referência: Pregão Presencial n°

Empresa: _____, (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o n° _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n° _____, CPF n° _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso no Artigo 63, I da Lei n° 14.133/2021, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório.

Macleira, _____ de _____ de 2024.

Representante legal da empresa

ANEXO IV**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA SITUAÇÃO DE
MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Empresa: _____,(razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

Macieira, _____ de _____ de 2024.

Representante legal da empresa

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, por meio de seu representante legal, Sr. _____, brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, DECLARA, sob as penas da lei, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Maceira, _____ de _____ de 2024.

Representante legal da empresa

ANEXO VI**MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE
REGULARIDADE AO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Prezados Senhores,

Em atendimento aos termos do edital do processo licitatório nº. __/____, o [Interessado], por seu (s) representante (s) legal (is) abaixo assinado (s), declara, sob as penas da legislação aplicável, que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubres, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, encontrando-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Macieira ____, _____ de 202__

Assinatura do Responsável

ANEXO VII**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO**

Eu, _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, que nenhum dos sócios, diretores, administradores e afins da empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, tenha vínculo direta ou indiretamente com a Administração Pública Municipal, que impeça de contratar com a os citados no Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue:

“Lei nº 14.133/2021, de 01/04/2021, art. 14, IV.

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:...

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;”

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

Macieira _____ de 202_____

Assinatura do Responsável

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO PARA INDICAÇÃO DE ENDEREÇO PRESENCIAL**

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, através do seu Representante legal Sr. _____, brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº _____, carteira de identidade nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, DECLARA para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº, que indica o seguinte endereço Presencial:

Maceira ____, _____ de 202__

Assinatura do Responsável

ANEXO IX**MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENCIAL ASSEGURANDO QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ
DECLARADA INIDÔNEA POR QUALQUER ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU
IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR COM ESTA PREFEITURA MUNICIPAL.**

Eu, _____ (nome completo), representante legal da empresa
_____ (razão social da proponente), interessada em
participar do Edital do Pregão Presencial N°/2024.- Processo n°/2024, promovido pela
Prefeitura Municipal de Macieira – SC, DECLARO, sob as penas da Lei que, a empresa mencionada
acima, não está declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou impedida de
licitar e contratar com esta Administração Municipal.

Macieira ____, _____ de 202__

Assinatura do Responsável

ANEXO X**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVINIENTES
IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO**

Eu, _____ (nome completo), representante legal da empresa
_____ (razão social da proponente), interessada em
participar do Edital do Pregão Presencial nº XX/2024 - Processo nº XX/2024, promovido pela
Prefeitura Municipal de Macieira – SC, DECLARO, sob as penas da Lei que, a empresa mencionada
acima, não está declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou impedida de
licitar e contratar com esta Administração Municipal.

Macieira ____, _____ de 202__

Assinatura do Responsável

ANEXO XI**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2024
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024****COD TCE HOMOLOGAÇÃO:**

O Município de MACIEIRA, doravante denominada ÓRGÃO PROMOTOR, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, e das demais normas legais aplicáveis neste ato representado pelo Sr. EDGARD FARINON, Prefeito Municipal em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento do Pregão Presencial nº 16/2024, resolve REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS, CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL– SINAPI, PARA A MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS, MÓVEIS E LOCAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MACIEIRA, FUNDOS MUNICIPAIS, AUTARQUIAS E AOS ÓRGÃOS CONVENIADOS.

Nome da empresa: xxx

CNPJ: xxx

Endereço: Rua xxx nº xx- Cidade: xx Estado: SC

CEP: xxx

Telefone: (xx) xxx

Email: xxx

Representante Legal: xxx CPF: xxx

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto o registro de preços para fornecimento, dos materiais necessários, constantes no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil– sinapi, para a manutenção de imóveis, móveis e locais públicos do município de macieira, fundos municipais, autarquias e aos órgãos conveniados. quando requerido, dos seguintes itens:

Item	Material	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
3		Unidade			
Total					

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do 1º do útil subsequente à data da divulgação podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, **o Município de Macieira não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, facultando-se** a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado.

2.4 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.5 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.6 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CADASTRO DE RESERVA

3.1 - Segue anexa a Ata de Formação do Cadastro de Reserva, composta por licitantes que aceitarem praticar preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DA FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

4.1 - A vigência do futuro contrato deverá observar o tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à disponibilidade de créditos orçamentários.

4.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada em até 07(sete) dias úteis, após cada solicitação.

4.2.1 - No caso de expedição de Autorização de Fornecimento (AF), a forma de entrega será única e em até 07 (sete) dias úteis, a partir da data da solicitação.

4.3 - O local para entrega será determinado pela municipalidade em horas habituais de funcionamento.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Município.

5.2 - **Convocação para assinatura da ata e/ou retirada da Autorização de Fornecimento (AF):**

5.2.1 - Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica da ata, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.**

5.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a ata, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

5.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar a ata no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste instrumento.

5.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o termo contratual e/ou Autorização de Fornecimento (AF), o proponente vencedor obriga-se a fornecer os bens registrados, conforme especificações e condições contidas na Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada.

5.5 - **Para assinatura eletrônica da ata o vencedor deverá:**

5.5.1 - Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**.

5.5.4 - Caso a assinatura da ata seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

6.1.2 - O pagamento será por produto entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

6.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas).

6.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

6.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

6.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 - A entrega do objeto só estará caracterizada mediante emissão de Autorização de Fornecimento/AF e Termo de Contrato dos itens contratados.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta

Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta Licitação e no Contrato (caso firmado).

8.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao FORNECEDOR, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) **Advertência;**

II) **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5%, nos casos de não celebrar contrato, sobre o valor total do contrato pretendido;

b) De até 5%, nos casos de inexecução parcial da Ata de Registro de Preços (que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo), sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato;

c) De até 5%, nos casos de descumprimento das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, sobre o valor total da Ata de Registro de Preços;

d) 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento)**;

e) De até 10% (dez por cento), nos casos de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, em percentual proporcional ao descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

f) De até 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução contratual total por parte do fornecedor, sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

g) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços para os casos de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa; praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução da Ata de Registro de Preços.

III) **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Macieira, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Macieira, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.3 - O FORNECEDOR será responsabilizado pelo cometimento das seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;
- d) não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- g) praticar ato fraudulento na execução do do objeto da Ata de Registro de Preços;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- j) descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

8.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerá o regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

8.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o FORNECEDOR tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

8.6 - Nas sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do FORNECEDOR, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do FORNECEDOR e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

8.8 - Nenhum pagamento será realizado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

8.9 - O montante de multas aplicadas ao FORNECEDOR não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da Ata de Registro de Preços, caso aconteça o ÓRGÃO PROMOTOR terá o direito de cancelar o Registro de Preços mediante notificação.

8.10 - As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

8.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei n 14.133/2021 e legislações municipais.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a)** convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b)** frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c)** convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a)** liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b)** convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d)** presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

10.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

11.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelas Secretarias Participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Caçador - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

Macieira, 29 de abril de 2024.

EDGARD FARINON

PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDOR

Fiscais:

CPF Nº

CPF Nº